



Rede de Pontos de Cultura e Desenvolvimento Local em Pernambuco¹

Mariana Ferreira REIS²

Angelo Brás CALLOU³

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas de cultura de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende compreender é a contribuição das políticas públicas de cultura para a construção do capital social a partir do trabalho dos Pontos de Cultura – ação vinculada ao Programa Cultura Viva, da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC). O artigo propõe um olhar teórico sobre a conceituação a respeito de desenvolvimento local e capital social, bem como a relação entre ambas as temáticas para, em seguida, refletir sobre a influência das políticas públicas de cultura – especialmente, do projeto Pontos de Cultura – na construção do desenvolvimento das comunidades inseridas no processo. Nosso enfoque volta-se para as experiências da Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco (Rede.PE).

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento local; redes; políticas públicas de cultura.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas de cultura de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende compreender é a contribuição das políticas públicas de cultura para a construção do capital social a partir do trabalho dos Pontos de Cultura – ação vinculada ao Programa Cultura Viva, da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC). Nosso enfoque volta-se para as experiências da Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco (Rede.PE). O

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, evento componente do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. E-mail: ma_ri_reis@yahoo.com.br

³ Doutor em Comunicação pela USP. Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. E-mail: abcallou@gmail.com



Estado integra a iniciativa desde 2005 e, em 2010, conta com o número de 166 Pontos de Cultura espalhados nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado⁴.

Num primeiro momento, o artigo se debruça sobre a conceituação a respeito das políticas públicas de cultura, desenvolvimento local e capital social, bem como a relação entre essas temáticas. Em seguida, busca-se refletir sobre a influência das políticas públicas de cultura – especialmente, do projeto Pontos de Cultura – na construção do desenvolvimento das comunidades inseridas no processo.

2. Políticas Públicas de Cultura no Brasil: breves comentários

Ao longo do tempo, processos colonialistas e hegemônicos relegaram as culturas locais a um segundo plano. Mais recentemente, tais expressões foram resgatadas através de ações afirmativas. Em âmbito internacional surge a *Agenda 21 da Cultura*, apresentada no Fórum Universal das Culturas – Barcelona, em 2004, ocasião em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reconheceu politicamente governos comprometidos com os direitos humanos, a sustentabilidade e a diversidade cultural. Com a *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, proposta pela Unesco em 2006, vários países, inclusive o Brasil, passaram a adotar políticas públicas de cultura em favor da proteção a grupos culturais mais vulneráveis às dinâmicas econômicas excludentes.

As políticas culturais no Brasil, de acordo com Rubim (2010, p.54), são marcadas por tristes tradições, a saber: ausência, autoritarismo e instabilidade. Ausência, pois até os anos 1930 não se havia pensado em política cultural nenhuma para o País – apenas reproduções subservientes que serviam a um Brasil Reino e um Brasil Império (chegada dos Correios, construção de teatros). Autoritarismo porque, ao longo da nossa História, pode-se perceber que, quanto mais forte o Estado, maior o poder da política cultural, como no contexto das ditaduras, sobre o qual discutiremos a seguir.

E instabilidade, no sentido em que, nos períodos entre as ditaduras e, posteriormente, no período de redemocratização, dos anos 1980 para cá, tais políticas oscilam entre o patrocínio e o mecenato, como a Lei Sarney, no governo Collor e a conseqüente aprovação da Lei Rouanet, no governo FHC, com o ministro Weffort à frente do recém-criado Ministério da Cultura (MinC). Assim, o poder sobre as decisões culturais saiu das mãos do governo e passou para as mãos do mercado, com a cultura sendo vista

⁴ Este artigo serve de subsídios para a redação da dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



como “um bom negócio”, slogan, aliás, do MinC na gestão FHC (1994-2001), uma opção inerente ao modelo neoliberal em voga. O vínculo, aliás, entre autoritarismo e política cultural aponta ainda para outra direção: o elitismo nas escolhas do apoio cultural (RUBIM, 2010, p.61).

Para Rubim (2010), o conceito de política cultural aparece pela primeira vez no Brasil a partir da gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, já no contexto dos anos 1930 (ditadura Getúlio Vargas e gestão de Gustavo Capanema à frente do então Ministério de Educação e Saúde). Embora atuando em nível local, Mário de Andrade foi o primeiro a empreender um mapeamento da cultura popular no Brasil, num trabalho de pesquisa que resultou em rico material.

Na ditadura militar (décadas de 1960-1970), surge o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os diversos conselhos culturais que, ao mesmo tempo em que estimulavam a produção, controlavam e cerceavam seus usos – caso do SPHAN/IPHAN, Conselho Nacional de Cultura, Serviço de Radiodifusão Educativa (hoje, Rádio MEC), Instituto Nacional do Livro, entre outros. Foi nesse contexto que surgiram diversas fundações públicas de cultura em todo o País, incluindo, em Pernambuco, a Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco (Fundarpe), em 1974, mais uma vez, priorizando a preservação do patrimônio material e com raras ações ligadas à cultura popular⁵.

A idéia de um *Estado forte ligado a uma cultura forte*, ainda segundo Rubim (2010, p. 57), também seria uma fraqueza, uma vez que tais políticas conservadoras priorizavam o elitismo e não incentivavam a produção cultural local, comunitária, relegada a segundo plano – ou a nenhum plano. Assim, os Centros Populares de Cultura (CPCs), ligados a UNE, de onde saíram nomes como Glauber Rocha e Eduardo Coutinho, apenas para citar a cinematografia, eram simplesmente ignorados pelo poder público – e posteriormente, fechados. No Nordeste, o Movimento de Cultura Popular (MCP), que reunia pessoas como Hermilo Borba Filho, Ascenso Ferreira e até mesmo Paulo Freire, contou com apoio da gestão de Miguel Arraes no governo do Estado, derrubado posteriormente pela ditadura.

Rubim (2010, p. 59) resume da seguinte forma o itinerário das políticas culturais brasileiras até os dias atuais:

⁵ Sobre a história da criação da Fundarpe, ver: PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Ainda chegaremos lá.** Fundarpe: Recife, 2008.



Ainda que a maior parte da atuação do Estado tenha acontecido na fase de declínio da ditadura, sua configuração continua sendo moldada por parâmetros autoritários. (...) A ditadura realiza a transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem nenhuma interação com as políticas de cultura do Estado. Em suma: institui-se um fosso entre políticas culturais nacionais e o circuito cultural agora dominante no País.

O governo Lula possibilitou um grande avanço no que se refere às políticas públicas de cultura. A política cultural dos dois últimos governos (FHC e Collor) eram centralizadas nos incentivos fiscais. De acordo com Medeiros e Benitez, “O Estado, com a isenção fiscal, passa a ocupar um papel apenas de financiador de projetos de produção cultural da iniciativa privada. Desta forma, a sociedade não tem direito de opinar e decidir”. A atual política pública de cultura tem procurado ampliar as suas ações no sentido de promover “uma política pública como afirmação da cidadania” (MEDEIROS e BENITEZ, 2009).

Segundo o Plano Nacional de Cultura (PNC), proposto pelo MinC, a diversidade cultural brasileira, marcada por sincretismos e hibridismos, “está carregada de elementos simbólicos provenientes das relações que as redes culturais estabelecem com os diferentes territórios” (BRASIL, 2008, p. 51). O Plano Nacional de Cultura entende que é papel do poder público incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural nacional, tanto garantindo seu pluralismo quanto permitindo a interlocução entre passado e presente e considerando tanto as dinâmicas territoriais locais quanto as demandas dos cidadãos.

A criação do Programa Cultura Viva, em 2004, coincide com essa concepção de política pública. Turino (2009) ressalva que os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva foram criados juntos e estão indissociáveis um do outro. O Ponto de Cultura tem a função de articular a produção cultural local, promovendo o intercâmbio entre linguagens artísticas e expressões simbólicas, além de gerar renda e difundir a cultura digital.

Com a articulação e difusão destas produções e iniciativas, os Pontos de Cultura garantem a troca de experiências e do conhecimento acumulado por cada localidade. Sendo assim, a aprovação de um Ponto de Cultura é, na verdade, a atribuição de um selo de reconhecimento a um grupo que já atua numa determinada comunidade, com práticas culturais e de difusão de conhecimentos. Ponto de cultura seria, então, um conceito de política pública que entende cultura como processo e não como produto. Seu foco não



estaria na carência de bens e serviços, mas sim, na potência, na capacidade de agir de grupos e pessoas (TURINO, 2009, p.64).

Ainda segundo Turino (2009, p. 65), o Ponto de Cultura pode ser entendido como uma ação que desenvolve e fortalece competências do sujeito (coletivo e individual), o “reencontro com as pessoas e sua capacidade de agir enquanto agentes históricos”. Verificam-se, aí, sinais da importância do empoderamento dos grupos culturais, do fortalecimento do capital humano e capital social nessas localidades para a prática de inclusão social nos contextos populares.

2. Capital Social e Capital Humano no Desenvolvimento Local: aspectos teóricos

Em relação ao desenvolvimento local, Franco (2000) adverte que, ao se trazer à tona este conceito, muitas vezes há a conotação de “alvo socioterritorial das ações”, ou seja, se percebe a ação de desenvolvimento local como algo que já ocorre e não que foi previsto, planejado. Outro ponto colocado é o espaço em que são desenvolvidas tais ações: o local visto como subnacional, municipal, microrregional. Ainda sobre o espaço, ele coloca que ser *local* não significa ser *menor*, insignificante: apenas delimita a questão da territorialidade, afinal, a expressão refere-se ao *ethos* da comunidade (o comunitário em relação ao social).

Uma questão pertinente trazida por Franco (2000) é que o desenvolvimento local ocorre quando a comunidade identifica potencialidades e, além de identificá-las, as dinamiza: em outras palavras, faz acontecer suas vocações. Ou seja, não basta identificar as potencialidades e buscar parcerias internas e externas; é preciso se mudar a dimensão cultural da comunidade, sua população precisa acreditar para aceitar, compartilhar e transmitir a idéia.

A mudança da dimensão cultural da comunidade se coaduna com as teorias de capital social e capital humano, investimento para além do econômico também trabalhado por Jara (2001) quando coloca o processo de aquisição do capital social na construção do desenvolvimento sustentável. Capital humano, assim são os recursos humanos, os talentos naturais, os trabalhadores sociais; capital social é a potencialidade, identificada na comunidade (JARA, 2001).

Ainda segundo Jara (2001), é a sociedade civil articulada em redes de organizações sociais que propõe as alternativas para superar os problemas. Mais uma vez, o que se destaca é que a solução é apontada pela própria comunidade. Nestes termos, o autor coloca as seguintes questões: como desenvolver tais potencialidades? Como identificar



os talentos humanos para, finalmente, trazer a *concertação*, as parcerias, a “*integração*” (FRANCO, 2000) que vão possibilitar o desenvolvimento local sustentável? A chave, segundo os autores, está na educação, associada a metodologias participativas. Só a educação dos diversos atores sociais pode ter como consequência o empoderamento que permite as transformações. Entende-se empoderamento, aqui, como colocado por Franco e Turino, correspondendo à capacidade desenvolvida pelas pessoas em adquirir conhecimentos e transformá-los. O empoderamento, assim, é a própria geração do capital social.

Tauk Santos e Callou (1995) já apontam a importância da participação quando trabalham a perspectiva da comunicação rural. Para eles, uma das saídas para o desenvolvimento local de comunidades rurais estaria na comunicação rural – não na perspectiva difusionista, da Revolução Verde, apregoada pelas políticas públicas do Estado nos anos 1970 – mais horizontal, mais dialógica, num esforço de mão-dupla em que a população rural, mais que receptor, seja um real participante do processo.

Desse modo, “as ações locais são antes, mecanismos ágeis para atender problemas urgentes das populações excluídas” (TAUK SANTOS, CALLOU, 1995) numa participação que começa na rua e passa para o bairro, para o município, e para outras esferas sociais, do local para o global. Participação seria, então, uma segunda palavra-chave para entender o conceito de Desenvolvimento Local, atuando numa frente contrária à “fragmentação da sociedade” (JARA, 2001) que impede as populações de exercerem, democraticamente, sua cidadania.

São alguns dos autores que trabalham com o conceito de desenvolvimento local Francisco Albuquerque, Sérgio Buarque, Caio Márcio Silveira, Pedro Cunha Bocayuva, Tânia Zapata, Amartya Sen, Ricardo Abramovay. Apesar de algumas divergências conceituais entre os autores que estudam a temática do desenvolvimento local, aponta-se em geral para a articulação de redes sociais como chave para promover o bem-estar das comunidades. Indica-se, ainda, a inter-relação entre os diferentes capitais presentes na localidade – a saber, capital humano, capital natural e capital social – para se construir possibilidades de desenvolvimento.

Capital humano seria, nesse sentido, as habilidades, próprias ou adquiridas, pelos atores sociais: o ofício do seringueiro e da parteira, o trabalho do agricultor, passado de pai para filho, que pode ser potencializado, qualificado, melhorado, para maior geração de renda. Seria ainda o desenvolvimento de uma característica ainda pouco explorada: como fazer com que jovens ribeirinhos, com pouco acesso à leitura, tornem-se exímios



locutores de rádio, como bons contadores de histórias que já são – uma herança cultural local. Capital natural seria o patrimônio vivo, material e imaterial da localidade: um município com vocação para turismo rural, as riquezas da floresta, os sabores regionais (do bolo-de-roló ao queijo minas), um engenho revitalizado para atividades culturais – caso de vários Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil.

No que diz respeito ao capital social, as interpretações são diversas e, muitas vezes, antagônicas. Para Coleman (2001, p. 51), diz que “à diferença de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações entre dois ou mais atores”. Na abordagem de Putnam (2001), o capital social aumenta os benefícios do investimento em capital físico e humano, referindo-se a características de organização social, como redes, normas e confiança, favorecendo a mútua cooperação.

De acordo com Matos (2005), a maior crítica a ser feita em relação às teorias de desenvolvimento local e capital social em voga é que “a grande dificuldade de se trabalhar com essas abordagens é que elas só valorizam o lado positivo do conceito, sem considerar as contradições e os conflitos postos pelas situações reais”. Não seria possível, assim, aceitar “a tese de um capital social determinado por tradições centenárias, como pretende Putnam, ou pela escolha racional, como defende Coleman”.

Já Bourdieu (1998 p. 67) diz que “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas (...) à vinculação a um grupo”. A análise, então, direciona-se mais uma vez nessa articulação, nessa construção de potencialidades, possibilitada a partir das redes. É através delas que a comunidade pára de se fechar em si mesma – no local – e passa a olhar além, a pensar na venda de um produto de artesanato em nível regional e nacional, a se abrir para a troca – mais uma vez, a troca de conhecimentos, de saberes, numa relação de aprendizado mútuo, dialógica.

De acordo com Marteleto e Silva (2004, p. 44), em artigo que enfoca a relação entre redes e capital social, o conceito é entendido como o conjunto de “normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. (...) Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações”. Ainda segundo os autores:

A construção de redes sociais e a conseqüente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua utilização, como mais um recurso, em favor do

desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades (2004, p.44).

Para diversos pesquisadores que trabalham com a temática do desenvolvimento local, a articulação em rede torna-se um elemento imprescindível para a formação do capital social de determinada população⁶. A relação horizontal, de troca, que o conceito de rede pressupõe, já estava presente no discurso dos primeiros autores a abordarem o tema, como Alexis de Tocqueville e Jane Jacobs, conforme aborda Franco (2000). De acordo com esse autor (2000, p. 79), o capital social “fundamenta-se nas múltiplas ligações horizontais que se estabelecem entre pessoas com um certo grau de capital humano”.

Uma tentativa de se explicar o trabalho em rede pode ser vista no diagrama de Paul Baran, trazido por Franco, no qual explica que essa articulação pode acontecer de três formas: centralizada, descentralizada ou distribuída. Em relação aos Pontos de Cultura, acredita-se que o trabalho seja mais voltado para uma rede descentralizada, uma vez que, além da rede nacional (a chamada Teia, com conselhos e câmaras temáticas), há as redes estaduais e, dentro delas, várias possibilidades de novas articulações regionais, proporcionadas, inclusive, pelos pontos de cultura, que reúnem diversos grupos culturais sob um mesmo guarda-chuva temático, como cultura digital, por exemplo.

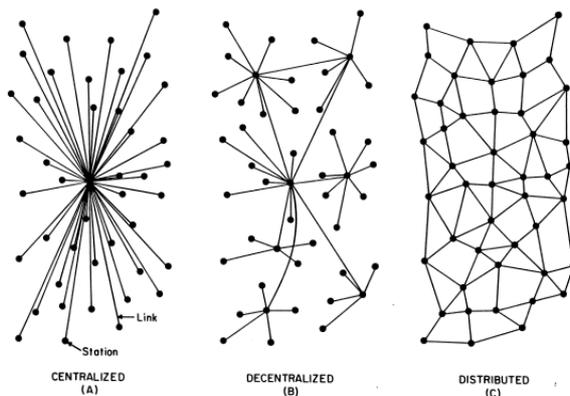


FIG. 1 – Centralized, Decentralized and Distributed Networks

Figura 1: Diagrama de Paul Baran (1964). Fonte: www.escoladeredes.ning Acesso em 02 de março de 2011.

Sobre a importância da articulação em redes para o desenvolvimento local, Marteleto e Silva (2004, p. 43) afirmam que:

As pessoas vivem em redes de dependência, difíceis de serem rompidas. Essas redes são diferentes em cada sociedade. O modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações

⁶ Uma experiência interessante que reúne estudiosos sobre o assunto é o site www.escoladeredes.ning, liderada pelo professor Augusto de Franco, ele próprio um pesquisador da área.



passadas ou atuais com as outras pessoas. E a interdependência das funções humanas sujeita e molda, de forma profunda, o indivíduo. As redes humanas têm uma ordem e leis diferentes daquelas planejadas e desejadas pelos indivíduos que a compõem. (...) Por essa razão, as redes têm mecanismos automáticos de mudança e transformações históricas que independem da vontade dos seus componentes tomados isoladamente, mas estas não são caóticas, e sim sociais.

Em relação ao desenvolvimento local da cultura, Loureiro e Callou (2007, p.217) enfatizam que “a sustentabilidade cultural assume um grau de importância na valorização da tradição, dos conhecimentos e dos saberes de uma localidade, mas enfatizando a preocupação com o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, em prol das gerações presentes e futuras”. A aproximação das noções de cultura e desenvolvimento local sustentável ocorreu pela primeira vez em 1995, quando a Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento da Unesco gera o relatório “Nossa Diversidade Criadora”, em que cultura e desenvolvimento são sinônimos (LOUREIRO, CALLOU, 2007).

Ainda segundo Loureiro e Callou (2007), o Programa Cultura Viva, que abriga a ação Pontos de Cultura, “acolhe a idéia de desenvolvimento sustentável, quando considera que as interações entre o global e o local devem respeitar as ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura”. É nesse sentido que iremos discutir a realização dessa ação em Pernambuco, relacionando esta política cultural ao desenvolvimento local.

3. Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco e Desenvolvimento Local

O Governo de Pernambuco (gestão 2007-2010), por meio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), possui uma política cultural convergente com a do MinC e vem efetivando parcerias importantes com esse órgão, como a estadualização do edital de Pontos de Cultura, ação que descentraliza a política pública de cultura.

Um dado importante da política cultural da Fundarpe é a ênfase na interiorização de suas ações de promoção à cultura, através do Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural, que realiza Festivais, Fóruns e Planos Setoriais nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado: Região Metropolitana, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão de Itaparica, Sertão do São Francisco, Sertão do Moxotó, Sertão do Araripe, Agreste Meridional, Agreste Central e Agreste Setentrional⁷.

⁷ <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural.php>. Acesso em 31 de maio de 2010.



Com a estadualização dos Pontos de Cultura, iniciada a partir de 2007, o poder público passa a contribuir com a rede de Pontos de Cultura local, visando à organização e ao fortalecimento dos grupos que atuam na área. Em 2008, surge o primeiro edital de Pontos de Cultura realizado pela Fundarpe com o objetivo de fomentar as expressões populares, a cultura de raiz e a preservação do patrimônio histórico material e imaterial do Estado⁸.

A primeira fase do edital, em 2008, aprovou 80 projetos, abrangendo as regiões da Zona da Mata, Agreste, Sertão e Região Metropolitana do Recife. Em 2010 foram aprovados mais 50 Pontos de Cultura em todo o Estado, na segunda fase do edital. Assim, de acordo com a Fundarpe, Pernambuco atualmente conta com 166 Pontos de Cultura, sendo 36 conveniados com o MinC e 130 com a Fundação. A atuação desses Pontos ocorre nas 12 regiões de desenvolvimento de Pernambuco.

Antes da estadualização, havia 07 Pontos de Cultura localizados no Interior de Pernambuco. Com o resultado do último edital, esse número saltou para 90. Verifica-se que houve um aumento significativo na participação de grupos culturais do interior de Pernambuco, a partir da descentralização da política pública de cultura do MinC e da Fundarpe. A distribuição dos Pontos de Cultura no Estado ocorre, então, da seguinte forma: Região Metropolitana (76), Zona da Mata (23), Agreste (28), Sertão (39). Assim, o Interior corresponde, hoje, à região mais envolvida com essa ação de política pública de cultura em Pernambuco (REIS, SANTANA, 2010).

A participação em rede é, nesse sentido, considerada essencial para a dinâmica de atuação do Ponto de Cultura, em relação ao processo de construção da autonomia desses grupos culturais. Trata-se, de acordo com Turino (2009, p. 65), de uma ação que desenvolva e fortaleça competências do sujeito coletivo e individual, que proporcione o reencontro com as pessoas e sua capacidade de agir enquanto sujeitos históricos. Nesse aspecto, aponta para o fato da importância da geração do capital humano e do capital social na busca do desenvolvimento local.

Para Turino (2009, p. 77):

Um Ponto de Cultura só se realiza quando articulado em rede; pode haver um trabalho cultural vigoroso na comunidade e ele até pode ser desenvolvido com autonomia e protagonismo local, mas se não houver predisposição para receber e oferecer modos de interpretar e fazer

⁸ Parte dessa discussão foi apresentada em: REIS, M. F., SANTANA, R. M. **Pontos de Cultura de Pernambuco: fragilidades, parcerias e oportunidades**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: Teorias e Práxis, realizado entre os dias 22 e 24 de setembro de 2010, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil.



cultura, se não houver abertura para ouvir “o outro”, não será um ponto de cultura.

De acordo com o próprio Programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura, sem a articulação em rede, não teria sentido – ele só existe se puder se interligar a outras dinâmicas locais. “Quanto mais articulações e redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social desencadeado pelo Ponto de Cultura (...). Um Ponto de Cultura só se realiza plenamente quando se articula em rede”. (TURINO, 2009, p. 66).

Em Pernambuco, desde o começo da iniciativa, foi criada a Rede.PE, com reuniões periódicas e representação de pelo menos um participante de cada Ponto de Cultura durante os encontros. Em linhas gerais, a Rede.PE se reúne para decidir encaminhamentos referentes à Comissão Nacional de Pontos de Cultura e participação na Teia Estadual e Nacional. A Teia Brasil – assim denominada já por pressupor um trabalho coletivo, interligado, entre os pontos – reúne, anualmente, representantes de todos os Pontos de Cultura para divulgar suas ações, a partir de apresentações culturais e debates temáticos em grupos de trabalho, e também discutir a política pública de cultura, a partir do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, que conta com a participação também de gestores públicos e representantes do Ministério da Cultura.

Desde 2008, com a estadualização dos editais, também é realizada uma Teia Estadual, para se discutir questões da esfera local. No entanto, o encontro não conta com uma periodicidade definida.

Como representante do Ponto de Cultura Ação Cultural e, posteriormente, representante da Fundarpe, acompanhei a realização das duas Teias Estaduais (em 2008 e 2010) e da Teia Nacional de 2008. A partir de então surgiram os seguintes questionamentos: até que ponto se pode dizer que o trabalho em rede desenvolvido favorece a ações coletivas e a participação popular? A Rede.PE contribui, de fato, para a construção do desenvolvimento local? Esses são algumas das questões a partir dos quais a pesquisa do mestrado em andamento pretende se debruçar.

4. Considerações Finais

Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, não é possível apresentar dados concretos à guisa de conclusão. Entretanto, algo que podemos constatar é que, apesar da existência da Rede.PE, o que se observa é que, de fato, a participação é ainda muito restrita, visando apenas preparar encaminhamentos para as esferas públicas local e nacional. Além disso, percebe-se que, apesar da articulação em rede, os Pontos de



Cultura mais fortes – os primeiros a serem conveniados e/ou os que já eram referência cultural antes do convênio – seguem obtendo maior destaque na participação em eventos ou em aprovação de projetos, além de terem uma maior visibilidade em conselhos.

Por outro lado, é notória a pouca participação efetiva na Rede.PE dos Pontos oriundos do Interior do Estado: apesar de, agora, serem maioria numérica na representação dessa política pública de cultura, participam pouco das decisões políticas devido a questões de logística – a maioria das reuniões presenciais acontecem na capital e não há recursos para pagamentos de despesas de viagens para essa finalidade.

Entre os limites e desafios estabelecidos pela atual conjuntura de políticas públicas de cultura, uma alternativa buscada pelos próprios pontos de cultura é, independentemente das gestões públicas em nível local, estadual e federal, estabelecer parcerias com ONGs, escolas públicas e mesmo com outros pontos de cultura da região, constituindo redes regionais e temáticas e, inclusive, articulando-se com os chamados Pontões de Cultura. Para esses, que conseguem enxergar a política pública como um estímulo, um apoio, mas não como a única garantia da sustentabilidade, a articulação em rede apresenta sinais de apoio à construção de um desenvolvimento local possível.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano nacional de cultura**: diretrizes gerais. 2. Ed. Brasília: MinC, 2008.

COLEMAN, J. Capital social y creación de capital humano. In: **Zona Abierta** 94/95, 2001.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 20 de outubro, 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Brasília: IBCT/UNESCO, 2006.

FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2.ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

JARA, C.J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. São Luís: IICA, 2001.

LOUREIRO, C., CALLOU, A. B. Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil) In:



Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 2, p. 213-221, Set. 2007.

MARTELETO, R. M. , SILVA, A.B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. In: **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004

MATOS, A. **Capital social e autonomia.** In: www.nead.org.br. Acesso em 20 de maio de 2005.

MEDEIROS, A. e BENITEZ, A. Políticas Públicas de Cultura e Participação Popular. In: CALLOU, A. B. F., TAUKE SANTOS, M. S. e GEHLEN, V. R. F. (orgs.). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas.** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

PUTNAM. R. D. La comunidad próspera. El capital social y La vida pública. In: **Zona Abierta** 94/95, 2001.

REIS, M. F., SANTANA, R. M. **Pontos de cultura de Pernambuco:** fragilidades, parcerias e oportunidades. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: Teorias e Práxis, realizado entre os dias 22 e 24 de setembro de 2010, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: itinerários e atualidades. In: BOLAÑO, C., GOLIN, C., BRITTOS, V. (orgs.). **Economia da Arte e da Cultura.** São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

TAUKE SANTOS, M. S., CALLOU, A.B. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: **Revista Signo.** Revista de Comunicação Integrada. João Pessoa n. 3, set. 1995.

TURINO, C. **Ponto de cultura.** O Brasil de baixo pra cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.